

Comentários dos autores

Authors' comments

Giselle Silva Garcia¹
Elisabetta Recine¹

¹ Departamento de Nutrição, Faculdade de Ciências da Saúde. Universidade de Brasília. Brasília, DF, Brasil.

Correspondência / *Correspondence*
Elisabetta Recine
E-mail: recine@unb.br

Caminhos para o Fortalecimento da Agricultura Familiar no Mercado Institucional

A oportunidade de debater as características do Sistema Alimentar hegemônico e suas inter-relações com a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é preciosa e necessária diante das ainda inúmeras violações ao Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Tendo como referência as diferentes expressões de violações a esse direito, no Brasil, atualmente, 67% da população adulta sofrem algum tipo de insegurança alimentar e nutricional, considerando tanto os casos de desnutrição (2,7%), como os de sobrepeso (49%) e obesidade (14,8%).¹

O Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (Sinitox) da Fundação Oswaldo Cruz revela outro exemplo de violação ao DHAA. Em relatório de 2007, 8,7% das notificações registradas relacionavam-se à intoxicação por agrotóxicos, estes associados ao desenvolvimento de diversos tipos de câncer.² O documento ressalta ainda a existência de subnotificação pela dificuldade de diagnóstico.

Aproximamo-nos ainda mais da complexidade do quadro de violações ao DHAA se considerarmos outras situações, sobre as quais dispomos de informações irregulares, como por

exemplo, a não compreensão das informações veiculadas nas embalagens e rótulos de produtos industrializados, a dificuldade de acesso físico e financeiro a alimentos saudáveis e os desafios para produção de alimentos adequados. Essas violações estão diretamente relacionadas às características das diferentes etapas do Sistema Alimentar e à qualidade da alimentação ofertada. O mesmo modelo que gera o uso descontrolado de agrotóxicos com graves consequências à saúde humana, tanto de trabalhadores como de consumidores, também impacta fortemente no meio ambiente e nas relações sociais e econômicas envolvidas. Essa mesma reflexão foi amplamente exposta pelo artigo de debate “*Segurança alimentar e nutricional, agricultura familiar e compras institucionais: desafios e potencialidades*”.³

A fim de transformar essa realidade, é preciso garantir a transição para um modelo de sistema alimentar mais saudável, sustentável e agroecológico, referenciado nas especificidades e cultura alimentar locais. Esses referenciais são atualmente incorporados no conceito de SAN, que faz convergência com o modelo de produção local e familiar.

O artigo de debate “*Segurança alimentar e nutricional: colocando em evidência a agricultura familiar*”⁴ traz a articulação intersetorial como estratégia imprescindível para que a produção da agricultura familiar se articule mais fortemente à rede de equipamentos públicos e aos programas associados à garantia da SAN, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Bolsa Família (PBF).

Essas políticas e programas integram o conjunto de ações públicas que compõe o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan). O Sisan, por sua natureza intersetorial, requer a associação e coordenação de diferentes mecanismos institucionais e espaços legítimos de articulação e debate⁵ entre sociedade civil e governo para sua consolidação.

Refletiremos, então, sobre os aspectos propostos para debate: “Como os agricultores familiares podem se apropriar de um conhecimento totalizador do sistema alimentar no qual estão inseridos, tornando-os ainda mais propositivos e assertivos frente aos desafios da implantação de políticas que os envolvem? Quais são as características da gestão dos mercados de compras institucionais e do cenário social e produtivo dos agricultores que podem influenciar na efetivação da compra e consumo de alimentos em circuitos curtos? Quais recomendações e aprendizagens podem ser explicitadas com vistas ao fortalecimento destas políticas públicas de SAN?”. Em suma: “Como fortalecer a agricultura familiar para atuar no mercado institucional?”.

Parece, de fato, ser inseparável a *apropriação do conhecimento/empoderamento da superação dos desafios* existentes. Vale lembrar que entre os princípios dos direitos humanos há a “participação

livre e informada dos titulares de direito”, que destaca a necessidade de que as pessoas definam as ações essenciais ao seu bem-estar e participem, de forma ativa e informada, do planejamento, da concepção, do monitoramento e da avaliação de ações públicas relacionadas à realização do direito. Além disso, os indivíduos devem estar em condições de participar de debates e reflexões sobre questões macropolíticas. A participação plena requer transparência, empodera os sujeitos e é uma expressão da dignidade humana.⁶

Nessa perspectiva, o empoderamento constitui um processo que resulta no aumento da capacidade dos indivíduos em interferirem na realidade na qual estão inseridos, realizando escolhas e transformando essas escolhas em resultados que alteram a realidade original. Trata-se, de alguma maneira, de um processo de aprendizagem e ação que aumenta o grau de liberdade para refletir e agir. Consiste ainda na compreensão de que a mudança social, pela transformação estrutural, ocorre por meio de um processo que altera as dinâmicas de poder e o acesso a espaços políticos. O empoderamento e o poder são reforçados pela prática ativa de desenvolvimento de novas habilidades.⁷ Essas transformações são geradas pelo trabalho cotidiano dos movimentos, entidades e organizações sociais.

Outro aspecto a ser considerado é apresentado na *Carta Política do Seminário de Pesquisa em SAN*, que declara a SAN como “um campo de conhecimento que promove a articulação entre os saberes popular e científico, de forma a gerar processos de desenvolvimento referenciados em uma abordagem dialógica e sistêmica da realidade, reunindo dimensões tradicionalmente fragmentadas no campo acadêmico”,⁸ o que nos permite refletir a importância de articular o conhecimento popular e tradicional ao acadêmico.

Surge então o desafio de estreitar os caminhos de interlocução entre esses conhecimentos, para que se fortaleçam estratégias de educação popular. Neste âmbito, é crucial valorizar projetos de extensão universitária e pesquisas participativas comprometidos com a agenda de SAN, fazendo a produção acadêmica convergir com os conhecimentos gerados na sociedade, pelos movimentos sociais, populares e pelo saber tradicional.

Metodologias críticas de formação e construção do conhecimento contribuem para um debate participativo com os agentes sociais ao valorizarem saberes de diferentes naturezas.⁹ O ato de ação e reflexão gerado pela crítica é fundamental para concretizar políticas públicas consistentes e exige um percurso espiralado: integrar o sonho e a realidade; “esperançar”; mobilizar e articular parceiros; problematizar; dialogar de forma ampliada com todos os sujeitos; pactuar propostas e ações; e reinventar.¹⁰

Para ampliar os espaços de reflexão e geração de conhecimento, assim como aqueles de controle e participação social, vale destacar o papel dos conselhos de políticas públicas, como o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), presente nas três esferas de governo e um dos tripés essenciais do Sisan.^{11,12} A participação dos diferentes setores sociais envolvidos com a produção local e familiar e agroecologia, entre outros, nesses conselhos, contribui para uma percepção ampla e complexa das realidades locais, fomentando a troca de experiências e a proposição de ações públicas que atendam de maneira mais apropriada tanto a esses grupos, como possam qualificar os programas e a oferta de alimentos saudáveis e adequados. Uma vez inseridos, esses setores poderão estreitar diálogo com outros, favorecendo a identificação conjunta de nós estruturais e estratégias de superação.

O nível de incidência poderá ser tanto nos aspectos logístico-operacionais, como por exemplo, no planejamento participativo da produção alimentar, pautada na capacidade e diversidade produtiva dos estabelecimentos; gestão e gerenciamento, como emissão de notas fiscais e prestação de contas; mas também poderá incidir na criação ou revisão de marcos legais que se adequem à realidade de comercialização dos pequenos agricultores. Todos estes desafios estruturais foram apontados pelos entrevistados¹³ e por ambos os artigos de debate.^{3,4}

Para a gestão pública, a aproximação com os produtores facilita a identificação dos obstáculos vivenciados na prática. Traz elementos concretos sobre a viabilidade de acesso aos serviços de assessorias técnicas disponíveis; fornece indicadores importantes para o monitoramento e avaliação dos objetivos e metas estabelecidos nos programas; e facilita a reflexão sobre os processos de gestão e implementação da política, como por exemplo, a identificação de um apoio para além do incentivo financeiro, mas na perspectiva de ampliação do mercado consumidor (via institucional).

Superar esses entraves é fundamental para que a agricultura familiar possa se firmar enquanto política e cumprir seu papel de fortalecer a economia local e o setor rural. Assim, contribuirá para reduzir as desigualdades do campo ao mesmo tempo em que promoverá aos compradores alimentos saudáveis referenciados na cultura alimentar local. O impacto desse sistema produtivo já é perceptível no PNAE, no momento em que alimentos frescos e livres de contaminantes chegam à alimentação escolar.

Como visto, o diálogo e a coordenação entre setores de governo e destes com a sociedade civil, suas organizações e movimentos são essenciais para a transposição dos desafios atuais. Somente com o intercâmbio de conhecimento, garantido entre todos os setores, é que juntos poderão fortalecer uma rede de articulação, repercutindo estratégias concretas que favoreçam a agricultura familiar, já que o atual cenário social demanda um sistema produtivo mais justo, saudável e sustentável.

Referências

1. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009: antropometria e estado nutricional de crianças e adolescentes e adultos no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE; 2010.
2. Brasil. Instituto Nacional de Câncer. Coordenação de Prevenção e Vigilância. Vigilância do Câncer relacionado ao trabalho e ao ambiente. 2ª ed. Rio de Janeiro: INCA, 2010. [acesso em: 8 jun. 2014]. Disponível em: http://www1.inca.gov.br/inca/Arquivos/PIV_poeira_2010.pdf.
3. Rigon AS, Bezerra I. Segurança alimentar e nutricional, agricultura familiar e compras institucionais: desafios e potencialidades. Revista DEMETRA [online] 2014; 9(2)
4. Mônico EM. Segurança alimentar e nutricional: colocando em evidência a agricultura familiar. Revista DEMETRA [online] 2014; 9(2)
5. Burlandy L. A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: estratégias e desafios para a promoção da intersetorialidade no âmbito federal de governo. Ciênc. Saúde Coletiva 2009; 14(3):851-860.
6. Burity V, Franceschini T, Valente F, Recine E, Leão M, Carvalho MF. Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional. Brasília: ABRANDH; 2010. 21p.
7. Vasconcellos M, Vasconcellos AM. Partnership, empowerment and local development. Interações (Campo Grande) 2009; 10(2):133-148.
8. Carta Política. In: Seminário de Pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional; 4-6 dez. 2012, Brasília.
9. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. Brasília: MDS; 2012.
10. Brasil. Secretaria-Geral da Presidência da República. Marco de referência da educação popular para as políticas públicas. Brasília: Secretaria Nacional de Articulação Social; Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã; 2014.
11. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Conselhos nacionais: perfil e atuação dos conselheiros. Base de dados. Brasília: Ipea; 2013.
12. Brasil. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) com vistas a assegurar o direito humano à alimentação e dá outras providências. Diário Oficial da União 18 set. 2006.
13. Garcia GS, Recine E. Perspectivas do fornecimento de produtos da Agricultura Familiar para os Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional no Distrito Federal. Revista DEMETRA [online]. 2014; 9(2):

Recebido: 08/7/2014

Aprovado: 16/9/2014

